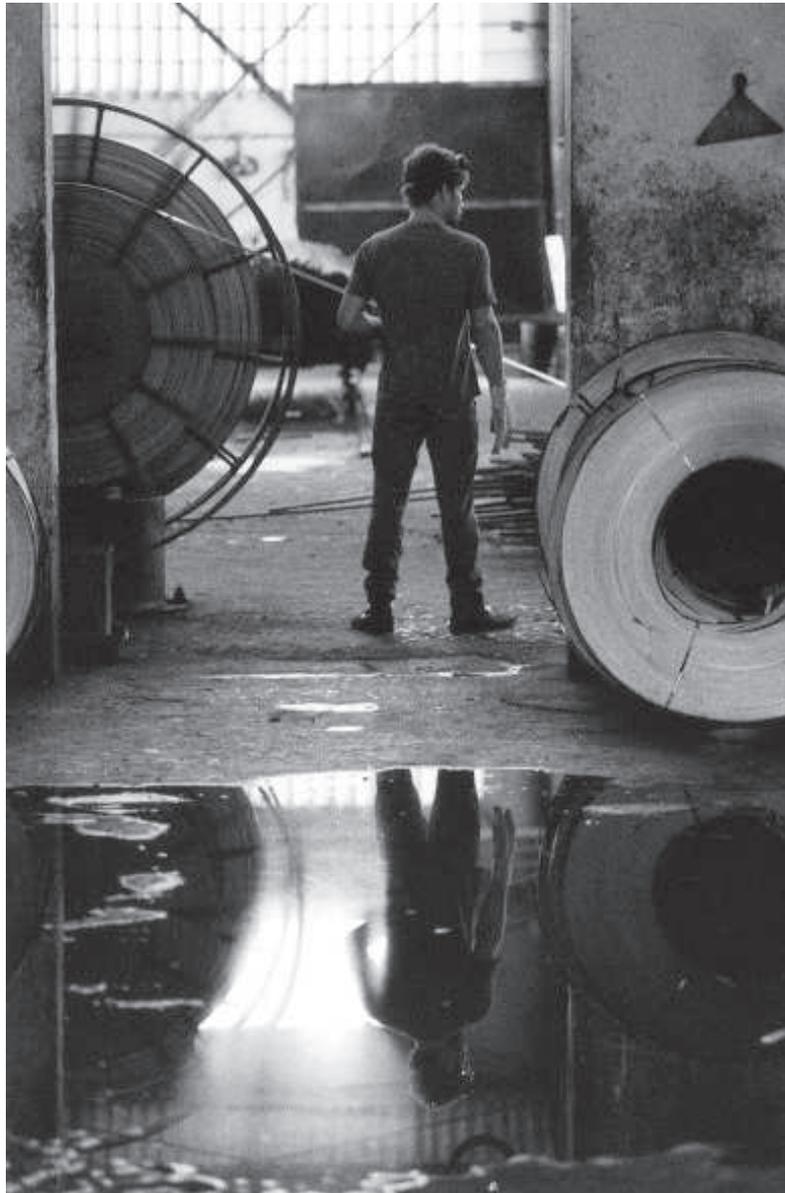




Fotografia: Mariza Almeida.



Michel Husson<sup>1</sup>

## Os Desafios do Trabalho e dos Sujeitos Políticos na Europa

Como lembra Olgária Matos, “o caminho mais curto de chegarmos a nós mesmos é aquele que dá volta ao mundo”. É com esta sensação que se fica após a leitura do balanço das mudanças na legislação do trabalho, das reformas do Estado Social e da cena política francesa e europeia atual. Trágicas semelhanças, inclusive na pressão ideológica que sofre também a França para que aprofunde seus passos rumo ao “caminho único” neoliberal, como se não houvesse outra saída.

Michel Husson expõe-nos, com aguda clareza, este quadro e formula algumas hipóteses ao longo da entrevista, como a de que o modelo Sarkozy pode vir a desmoronar bem antes do que se imagina. A perspectiva de uma vitória do *altermundialismo* e da esquerda exige, porém, sua unificação e construção de um projeto que constitua verdadeiramente uma alternativa. Husson convida ainda os assistentes sociais a exercer a comparação internacional como estratégia de desvelamento do seletivo discurso da mundialização.

*Entrevista e tradução de Mione Apolinario Sales,<sup>2</sup> realizada no Café Sarah Bernhardt, Paris, em 11 de julho de 2007*

**EM PAUTA: Gostaríamos de conhecer sua opinião sobre o futuro do trabalho na Europa e no mundo. Poderíamos talvez começar discutindo sobre alguns conceitos importantes para o nosso debate. Entre a *sociedade do trabalho* e a *sociedade pós-industrial*, qual melhor convém à situação atual?**

**Michel Husson:** De certo modo, na Europa, o debate sobre o fim do trabalho passou para o segundo plano. A tese do *fim do trabalho* consistia em dizer que não haveria mais trabalho

<sup>1</sup> Michel Husson é economista, pesquisador do IRES (Institut de Recherches Economiques et Sociales) e membro do Conselho Científico da Association pour une Taxation des Transactions Financières pour l’Aide aux Citoyens (ATTAC), França. Autor de vários trabalhos, como *Miséria do capital. Uma crítica do neoliberalismo* (1999), *Les Casseurs de l’Etat Social* (2003), organizou recentemente a coletânea *Travail flexible, salariés jetables* (2006).

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social (UFRJ) e doutora em Sociologia (USP), professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

para todo mundo e que, conseqüentemente, seria preciso defender uma organização social que fosse fundada sobre o reconhecimento de outras atividades para além do *trabalho assalariado*. Dever-se-ia, então, falar de *plena atividade* muito mais que do que preconizar um retorno ao pleno emprego. Esta discussão evoluiu porque houve no final dos anos 1990 uma fase de retomada do emprego, e, na França, a experiência da passagem às 35 horas, o que modificou os termos do debate. Colocavamo-nos de novo a questão de saber como regressar ao pleno emprego, mas também a da natureza dos empregos que poderiam ser criados. Este debate ressurgiu recentemente durante a campanha presidencial na França, visto que um dos *slogans* do atual presidente era “trabalhar mais para ganhar mais”. Assistiu-se a uma operação ideológica de reatualização do valor “trabalho” – não no sentido marxista, é claro –, que curiosamente registrou um certo sucesso.

O que domina hoje, me parece, no que tange a esta análise, são duas questões. A primeira, é uma *abordagem mundializada*. No plano mundial, o número de assalariados, inclusive o de operários (uma vez que o debate girava também em torno do fim da classe operária), aumentou consideravelmente; não nos países dominantes, mas nos países emergentes: na China, na Índia, inclusive no Brasil. O debate se deslocou, assim, para outra questão: que tipo de trabalho ou de empregos vai restar, se todo emprego industrial partir rumo aos países emergentes, em função dos fenômenos de deslocalização? Na França em particular, tem-se um debate sobre a desindustrialização que surge em geral acoplado àquele sobre o declínio da França, que supostamente teria perdido sua capacidade de conservar seus empregos, e de criá-los. Então, este é o primeiro debate. O segundo se situa um pouco mais no terreno da *sociedade pós-industrial*: é necessário criar empregos no setor de serviços, mas qual tipo de emprego? Sobre esta questão, duas concepções se opõem: a *concepção sueca*, se quisermos chamá-la assim, em que os empregos de serviços são empregos cuja qualificação é reconhecida, possuem estatuto e condições de emprego relativamente estáveis, e são bem pagos. Constata-se, num país como a Suécia, que os salários no setor de serviços evoluem apenas um pouco diferentemente do salário médio.

No entanto, em outros países, notadamente na França, há a idéia de que o meio de sair dessa dificuldade de criar empregos está em criá-los no setor de serviços, sobretudo empregos de *serviço à pessoa*. Forçando um pouco, pode-se dizer que se trata de uma nova forma de domesticidade, concebida como uma maneira de gerar empregos, visto que não se cria mais suficientemente nos outros setores. Por trás deste debate, há uma verdadeira disputa, pois a idéia segundo a qual “não podemos mais criar empregos” mascara o fato de que a alternativa a essa persistência do desemprego seria efetivamente a redução do tempo de trabalho, que consiste na utilização normal dos ganhos de produtividade. Eis por que o debate sobre as 35 horas na França é essencial, e por que Sarkozy escolheu este terreno. Há um primeiro cenário que é, em suma, o seguinte: trabalha-se menos para trabalharem todos e repartem-se os ganhos de produtividade de maneira igualitária, sob a forma de diminuição da jornada de trabalho. E há um outro, segundo o qual toda uma franja da população deve escolher entre “trabalhar mais para ganhar mais” ou aceitar estatutos completamente desqualificados. Há aqui uma questão de evolução das estruturas

sociais, ligada à repartição mais ou menos igualitária da renda. André Gorz falava de uma “*sociedade de servidores*”, quando a criação de pequenos empregos depende do consumo dos ricos. Na Suécia, que não é o paraíso, mas é bastante característica desse ponto de vista, os empregos de serviços são mais bem remunerados e, de certa maneira, mais raros, porque a distribuição de renda é muito mais igualitária. Tem-se aí realmente uma escolha de sociedade, que articula a repartição das riquezas aos tipos de empregos que se quer criar.

**EP: A expressão *sociedade pós-industrial* se aplica, assim, particularmente à Europa?**

**MH:** Aplica-se bem na medida em que a parte do emprego industrial diminui e a parte dos serviços aumenta, o que corresponde notadamente a um fenômeno de desmaterialização da atividade econômica. Mas a criação de valor não se reduz à produção de bens físicos; ela depende da produção de mercadorias e de sua venda, e estas mercadorias podem muito bem ser imateriais. Neste ponto, o debate gira um pouco em torno das teses de Tony Negri, segundo as quais, depois do capitalismo industrial, teríamos entrado num *capitalismo pós-industrial*, mesmo quando ele prefere falar de “capitalismo cognitivo”. Nesta nova forma de capitalismo, a criação de valor dependeria menos do trabalho produtivo do que de uma atividade intelectual geral, e, no final das contas, do conhecimento.

**EP: A desregulamentação mundial do mercado de trabalho posta em marcha pelo neoliberalismo, em sua busca do lucro e de “mais-valia”, liberou a economia capitalista definitivamente de suas restrições morais, permitindo a coexistência do trabalho escravo, ao lado do trabalho ilegal, da precarização e mesmo do desemprego. Trata-se, então, de uma modernidade cínica e não-solidária? Quais são os valores postos em destaque por este tipo bizarro de “novo contrato social”?**

**MH:** Um dos efeitos maiores da mundialização é o de colocar em concorrência direta os assalariados, talvez pela primeira vez na história do capitalismo. A produção de mercadorias (sobretudo de mercadorias físicas, mas não apenas) pode agora se fazer em lugares diferentes e, tendo a desregulamentação suprimido as fronteiras e as comportas, os assalariados podem ser postos diretamente em concorrência. Isto quer dizer que, se não se aceita uma determinada concessão, fecha-se a fábrica, a empresa ou uma parte desta fábrica e depois vai-se para um país em que as condições são mais interessantes do ponto de vista dos salários e da regulamentação do trabalho. Este processo tem um efeito totalmente corrosivo sobre os modelos sociais. Hoje, para se utilizar o exemplo da França, é algo que pesa no debate, porque há toda uma série de coisas que não se pode mais fazer, porque vive-se sob a pressão concorrencial em escala internacional e o que é posto em concorrência, ao mesmo tempo, são os modelos sociais. Assim, a idéia de aumentar o salário mínimo ou as cotizações sociais choca-se com este argumento: “Vamos ficar mais caros, logo vamos perder os mercados”, ou “Vamos assistir a deslocalizações suplementares”. Ou ainda: “Estamos numa economia mundializada, então é preciso sermos razoáveis, reduzirmos o custo do trabalho e a proteção social etc.”. E é necessário lutar contra este movimento.

No nível europeu, por sua vez, prevalece um cenário de *harmonização*. Vejamos a partir de um exemplo. Houve, na França, um grande debate em torno desta questão, vinculado ao projeto de Constituição europeia, mais precisamente por ocasião da discussão da diretiva Bolkestein sobre os serviços. Tratava-se de saber se os assalariados que iriam trabalhar em outro país se beneficiariam da proteção social, dos níveis de salário e da legislação social, em geral, do país onde eles chegavam – o país de acolhida – ou do país de origem. O que estava em jogo era muito claro: tratava-se de utilizar a concorrência com os assalariados dos novos países membros da União europeia, que possuem um nível de proteção social inferior, para fazer baixar aquele dos países mais avançados. No entanto, o modelo da harmonização procurava, de forma contrária, semear a confiança de que o objetivo é tentar que os novos países membros atinjam condições sociais tão generosas quanto aquelas dos países mais avançados. Encontra-se esta mesma questão em plano mundial. Por isso, o movimento altermundialista acena com proposições que freiem a concorrência entre os assalariados, a qual, no final das contas, também não beneficia os assalariados dos países emergentes. Isto porque a única vantagem que estes países podem oferecer reside justamente no baixo nível de salários e de condições sociais, o que os impede concretamente de progredir, ou seja, freia o processo de avanço.

Além do mais, estes países são, com frequência, postos em competição uns com os outros. Este é, por exemplo, o caso do México: muitas empresas japonesas ou americanas que tinham investido no México, depois, o abandonaram para ir para a Ásia, porque lá é ainda menos caro. Esta concorrência dá-se também entre os diferentes países do Sul. Trata-se de um mecanismo infinitamente corrosivo para os modelos sociais. Pesa de todos os lados. Na Europa, pode-se pegar também o exemplo alemão: de um capitalismo que era regulado, civilizado, mas foi neste país que foram feitas as reformas mais brutais, de certo modo, de revisão do modelo social.

**EP: Qual é o impacto, portanto, na Europa, da crise do Estado Providência sobre as relações sociais e sobre o modo de organização social?**

**MS:** Quanto ao Estado Providência, o Estado Social, a tendência geral nos países europeus é o seu encolhimento ou a sua estagnação. Há duas questões-chave que deram lugar a movimentos sociais e que são uma fonte permanente de conflitos: a saúde e as aposentadorias. Nos dois casos, são despesas que aumentam mais rápido que a renda nacional. Na saúde, decorre do fato de que as pessoas se cuidam melhor, e têm vontade de se cuidar; e no setor das aposentadorias, porque o número de aposentados aumenta mais rápido que a população no seu conjunto.

Em todos os países, as reformas do Estado Social vão de encontro à sua lógica anterior, que era de progredir juntamente com as demandas. Se as necessidades em saúde e em previdência aumentavam, o Estado Social aumentava na mesma medida, destinando recursos para financiar estas demandas sociais. Hoje a regra do jogo consiste em dizer que a parte da renda nacional para este tipo de despesas deve permanecer constante – se for possível fazê-la recuar é ainda melhor. Como consequência, o procedimento principal utilizado pelas reformas consiste em congelar a

parte pública dos sistemas de aposentadorias e de saúde, e em favorecer o desenvolvimento da parte privatizada: seguros privados, clínicas privadas etc., aos quais será atribuído o papel de acompanhar o crescimento das despesas. Mas esta lógica diferente conduz ao desenvolvimento das desigualdades entre as pessoas que podem ter acesso a esses complementos do Estado Social e aqueles que não podem. De mais a mais, o Estado Social tende a tornar um Estado mínimo.

No que se refere à indenização do desemprego e aos serviços públicos, que são os outros pilares do Estado social, encontramos os mesmos fenômenos: privatizações dos serviços públicos como tendência geral, e conseqüentemente o aumento das desigualdades com relação àquilo que permitiam tais serviços. No caso do desemprego, a teoria dominante na Europa e na Comissão européia consiste em dizer que são as indenizações por demais generosas do desemprego (o seguro-desemprego) que encorajam os desempregados a permanecer nesta condição. Dito de outro modo, o desemprego seria *voluntário*. A idéia, revestida de termos técnicos, visa organizar a transformação de um Estado “securitário”, que protege as pessoas do risco do desemprego, num Estado que as força a assumir qualquer emprego. Acha-se posta aí a questão da qualidade dos empregos, enquanto tendência muito nítida. Com base nisso, pode-se dizer que o Estado Social está em vias de se separar em três estratos. Há a parte pública, que é difícil de pôr em causa, em razão do apego a certo número de direitos sociais que são considerados adquiridos e que passam pelo Estado Social: a saúde, a escola, a aposentadoria etc. Constata-se, além do mais, que na Europa a parte destas despesas sociais não recua totalmente; ou seja, os liberais tiveram dificuldade em fazê-la recuar, porque existe uma resistência social profunda. As “reformas” liberais avançam, mas a uma velocidade relativamente lenta. Em todo caso, este estrato do Estado social está bloqueado. Para o estrato superior, é a privatização *a todo vapor* e sem limite. Implica que a iniciativa privada se encarrega de uma parte dos serviços públicos, mas em favor de uma camada social privilegiada que pode ter acesso à escola privada, à saúde privada etc. *Embaixo*, encontra-se, de forma semelhante em todos os países, mecanismos de *rede de segurança*, para retomar a expressão do Banco Mundial. Trata-se de uma assistência mínima, verdadeiramente mínima, a qual é reservada às pessoas mais desfavorecidas. Na França, temos a RMI (Renda Mínima de Inserção), a cobertura médica universal, o “mínimo-velhice” etc. Em resumo, avança-se na direção de um sistema em três andares: bloqueia-se o *meio*, desenvolve-se a fundo *a parte de cima*, vinculada à privatização, e depois, *embaixo*, recuperam-se os mais desfavorecidos. Isto permite dizer que se continua a “investir” no social.

**EP: Qual é o papel dos sindicatos e dos partidos de esquerda hoje? Terão eles uma capacidade de renovação?**

**MS:** Há dois pontos frágeis, ao mesmo tempo: os sindicatos e os partidos. No caso dos sindicatos, a fragilidade da organização dá-se em nível europeu e mundial. Enquanto os capitais estão quase completamente internacionalizados e põem em concorrência os assalariados de todos os países, os assalariados de cada país continuam a se organizar, tendo como interlocutor o seu patronato nacional, seu Estado nacional, mas, de certa maneira, ele não é mais o verdadeiro responsável pela sua

situação. O destino de um assalariado francês se decide também nos Estados-Unidos, na Alemanha etc., e a organização sobre uma base nacional não corresponde mais a este aspecto da mundialização. Constitui, então, um fator de fragilidade considerável em relação justamente à possibilidade que os capitalistas têm de se deslocar, o que os assalariados não podem fazer. Acredito que a fragilidade principal deve-se à ausência de um projeto em nível europeu. Os sindicatos europeus já não são todos de grande combatividade, mas, quando se olha a Confederação Européia dos Sindicatos, que reúne as confederações dos países europeus, percebe-se que ela tem uma concepção da atividade sindical que não é a de elaborar reivindicações e projetos em nível europeu, mas a de tentar melhorar o que se faz no âmbito das instituições européias. Isto não é completamente negativo e, por exemplo, a diretiva Bolkestein, que era bastante perigosa, foi, em grande parte, esvaziada de seu conteúdo pelas mobilizações, tendo havido uma junção dos *altermundialistas* e dos sindicatos europeus. Havia ali algo que prefigurava uma tendência desejável quanto a uma europeização do movimento sindical e à sua convergência com as redes e os movimentos altermundialistas, pois é daí que pode emergir uma alternativa, mesmo que, depois de três anos, este dinamismo se ache em vias de se esgotar. Quanto aos partidos, este é um debate difícil de resumir, mas eu diria, de forma breve, o seguinte: para mudar a situação atual, é preciso rever completamente a distribuição da renda, porque hoje a riqueza criada vai cada vez menos para os assalariados e cada vez mais para os ricos, através dos rendimentos financeiros. É este esquema que verdadeiramente se instala por toda parte, em graus diferentes. Há países que são menos desiguais que outros, isto é certo, mas há uma tendência geral.

Na Europa, os *liberais* pensam que vai tudo muito bem; para eles, basta apenas continuar. A maioria da esquerda, segundo o uso corrente na França, é *social-liberal*. Isto quer dizer, em suma, que ela não pensa em tocar muito nas regras do jogo da distribuição de renda, mas propõe medidas para limitar os efeitos sociais nefastos que isto pode ter sobre a maioria da população. Por exemplo, no caso da jornada de trabalho, reduz-se, mas não se obrigam os patrões a contratar para compensar esta diminuição da jornada de trabalho. A aposta *social-liberal*, no caso francês, como vimos, foi a de criar empregos, diminuindo a jornada de trabalho, mas compensando imediatamente, para que isto não aumentasse o custo do trabalho para o patronato. Desse modo, as modalidades concretas de redução da jornada de trabalho permitiram ao patronato não contratar e a intensificar o trabalho, tendo-se um efeito sobre o emprego inferior àquele que se poderia esperar. A dificuldade da situação atual é que, para liberar as margens de manobra necessárias para uma outra política, é preciso atingir quase imediatamente um grau de ofensiva relativamente elevado contra a burguesia, o que os sociais-liberais não estão prontos para assumir. Por isso, durante as eleições presidenciais francesas, existia o sentimento de que, entre o projeto de Ségolène Royal e o de Nicolas Sarkozy sobre estas questões, não havia grande diferença. Em seguida, como as alternativas que poderiam ter sido avançadas desapareceram, restaram pontos relativamente secundários, fazendo as pessoas mudarem de opinião e passarem de um campo a outro. Nicolas Sarkozy soube também jogar sobre as oposições existentes entre os assalariados, invocando uma noção de equidade individual, bastante elementar, o que explica em parte sua vitória.

Mais à *esquerda*, encontram-se correntes políticas cujo programa repousa sobre a idéia de que não se pode mudar nada sem tocar seriamente na repartição das riquezas e na maneira como funciona um certo número de coisas, tais como a formação dos salários, as normas de emprego, o direito do trabalho (que está em vias de ser esvaziado de seu conteúdo). Mas esta esquerda radical continua frágil e, no caso francês, se esmerou em se dividir e se enfraquecer ela mesma.

**EP: A França sempre foi uma importante referência política para o mundo, em particular para aqueles que se situam “à esquerda” do espectro político na América Latina. Quais são as lições da derrota de Ségolène Royal e, no mais, o que pode vir a significar o “modelo político hétéroclito” de Sarkozy: um novo fôlego para a direita neoliberal?**

**MH:** Não sei se a França tem lições a oferecer, mas talvez possa-se tirar esta lição da derrota de Ségolène Royal: é preciso um projeto que represente verdadeiramente uma alternativa. É necessário dizer, por exemplo, que não se aceitam as regras do jogo e que se vai modificar a distribuição de renda; que não se considera que o fato de 10% da renda nacional irem para os rentistas e rendimentos financeiros seja uma boa coisa e algo imutável. É preciso afirmar que somente modificando este estado de coisas é que se poderá melhorar a situação da maioria. Este é o ponto de partida.

Em seguida, há coisas sobre as quais se começa a refletir após a derrota de Ségolène Royal. De um lado, a *questão da organização política*, isto é, o projeto deve ser sustentado de maneira unitária por um partido ou por uma coalização de partidos. É também uma grande lição da derrota. Outra idéia, mais delicada a formular, é a de que não é somente a *lógica do programa* enquanto tal que conta. O movimento altermundialista e os partidos da esquerda radical elaboraram numerosos projetos, mas estes projetos não foram portados unitariamente no campo político. Ao mesmo tempo, eles podem aparecer como arcaicos ou irrealistas, porque a mundialização parece tão poderosa que se é obrigado a se submeter a ela. E há também um *efeito de geração*: muitos temas da esquerda radical, de certa maneira, são vividos pelas gerações mais jovens como uma idéia de que é preciso voltar “ao que era antes”, isto é, a uma situação que eles mesmos não conheceram. As pessoas que têm hoje 20, 30, às vezes, 40 anos, só conheceram o desemprego a 10%. Para eles, faz parte da paisagem. Logo, o fato de dizer “Queremos voltar ao pleno emprego” (e mesmo a palavra “voltar”) lhes faz pensar que são pessoas que vivem no passado. Quando eles ouvem “Queremos desenvolver os serviços públicos, a proteção social, a legislação do trabalho”, ao mesmo tempo que eles vêem que tudo caminha no sentido inverso, pode também lhes parecer arcaico.

Mas as pessoas resistem, porque são apegadas a um certo número de conquistas sociais, que elas vêem bem que estão sendo postas em causa. É uma posição de força dizer: “Antes isto existia, não há razão para que seja posto em causa”. Esta posição é reforçada pelos movimentos sociais ligados às aposentadorias, contra o contrato de trabalho para os jovens (CPE) e também pelo referendo sobre o projeto de Constituição europeia, em que o “não” ganhou. São algumas vitórias parciais e que manifestam o apego a uma maneira de viver em sociedade que não se tem vontade de

ver posta em causa. Mas, no plano ideológico, muitas pessoas correm o risco de mudar de opinião em função da idéia de que, finalmente, tudo isto é arcaico, pertence ao passado e o presente é diferente. Então, a esquerda radical tem um grande trabalho, que o Partido Socialista também se põe: um *trabalho de refundação*. No espírito do PS, pelo menos de sua maioria, a refundação significa aproximar-se ainda mais de uma lógica de adaptação ao sistema à maneira de Tony Blair. Já a refundação sobre a qual deve trabalhar a esquerda radical é a de (re)apresentar como algo moderno as aspirações que a direita conseguiu fazer passar por arcaicas. É preciso mostrar que a modernidade não pode ser a pobreza, a exclusão, a precarização, que não há, por exemplo, nenhuma razão para que a precarização seja associada às novas tecnologias. Faz-se necessário construir esse tipo de representação, mas isso não é fácil.

Quanto a Sarkozy, é um pouco cedo para situá-lo precisamente. A maior parte dos comentadores está de acordo em afirmar que se trata de um fenômeno político bastante *sui generis*. De um lado, ele é ultraliberal, mas tem também um lado protecionista. No nível europeu, sua política, em geral, é a de dizer: "Vou adotar medidas que reduzirão os impostos e que vão aumentar o déficit público. Eu vos imponho isto", no entanto a regra da Europa liberal é a de que não pode haver déficit público, ou que deve ser o menor possível. Este é apenas um exemplo, mas há outros. Existem, então, contradições entre o seu lado liberal e sua afirmação da necessidade de uma política nacional. Toda a questão é, então, saber se este tipo de combinação bizarra tem uma consistência durável, se ela não irá pelos ares, à medida que se constatarem, por meio de fatos, as consequências reais de sua política.

Por enquanto, ele tem funcionado na base da aparência. Donde somente quando os efeitos concretos ou a ausência de efeitos de suas medidas se manifestarem e quando os seus projetos mais difíceis de serem aceitos pela maioria forem executados, é que se verá se essa configuração se sustenta. Penso que não se pode excluir a hipótese de que, em um ou dois anos, o "modelo Sarkozy" se desfaça completamente. Seu programa de "reformas" é, de fato, muito ambicioso e, como são reformas bastante articuladas e imbricadas, ele é obrigado a encaminhá-las quase todas ao mesmo tempo. No entanto, todos os governos de direita precedentes, de um ponto de vista tático, tentaram escalonar suas "reformas", não realizando todas ao mesmo tempo. Fazia-se uma, e se passasse, partia-se para outra. A derrota de Dominique de Villepin (Primeiro-ministro do último governo Chirac) quanto ao "contrato primeiro emprego" (CPE), um projeto de *novo contrato de trabalho* para os jovens, aconteceu justamente porque ele quis acelerar o ritmo. Ele tinha conseguido fazer passar no mês de agosto de 2005 o "contrato novos empregos" (CNE), um contrato para as empresas de menos de vinte assalariados. Como ele pensava que poderia capitalizar esse sucesso, lançou, no mês de setembro, o CPE, que dizia respeito, dessa vez, a todos os jovens, qualquer que fosse o tamanho da empresa. O movimento de rejeição, então, se desencadeou, sem dúvida em parte porque a proximidade temporal entre os dois fazia que se visse aonde tudo isto levaria.

O principal problema de Sarkozy, assim, é que ele quer fazer tudo ao mesmo tempo: baixar os impostos, reduzir o número de funcionários, modificar o contrato de trabalho e o financiamento da seguridade social, suprimir os regimes especiais de

aposentadorias nos *transportes*, fazer uma nova reforma das aposentadorias para obrigar as pessoas a trabalharem ainda mais tempo, e tudo isso num prazo bastante curto. A espécie de vitória ideológica que ele arregimentou pode se despedaçar, se as pessoas constatarem: “Apertam-nos a garganta por todos os lados. Há uma regressão total”. Ao mesmo tempo, Sarkozy é capaz (algumas de suas primeiras reações de-monstraram que ele possui senso tático), caso ele perceba este acúmulo de resis-tência, de decidir escalonar seu programa. Mas aí, de certa maneira, ele perde tam-bém, porque sua força reside justamente em dizer: “Vou mudar tudo imedia-tamente”.

Um cenário “à la Berlusconi” também é possível: um esgotamento dos efeitos ideoló-gicos bastante similar e o retorno de uma esquerda que aparecerá como um mal menor. Em todo caso, não penso que o “modelo Sarkozy” possa se estender ao conjunto da Europa, pois possui um elemento de conflitualidade com os outros países, devido à sua configuração bizarra.

**EP: Há um *bode expiatório* no debate sobre a insegurança na França e um pouco no mundo inteiro: a juventude. Que elo pode-se estabelecer entre juventude, vio-lência e crise do mundo do trabalho?**

**MH:** Um dos temas que a esquerda teve dificuldade em fazer passar sua lógica é justamente o da segurança, e esta questão remete a uma colocação de Lionel Jospin durante sua campanha eleitoral em 2002. Naquela ocasião, ele explicou que antes pensava que o problema da delinquência estava ligado ao desemprego, e que, en-tão, melhorando a situação do mercado de trabalho notadamente para os jovens, resolver-se-ia em grande parte a questão da insegurança e da violência. Mas a coisa terrível que ele disse naquele momento foi que não acreditava mais neste raciocí-nio. Quanto a mim, continuo a pensar que o problema se situa aí, mesmo que o de-bate de interpretação das revoltas na periferia (*banlieues*), por vezes, volte-se para a *dimensão étnica*. E isto é preciso combater absolutamente, uma vez que a idéia de que se trataria de uma questão étnica ou de uma geração da imigração etc. ali-menta um discurso de segurança racista, quando, no essencial, trata-se de uma questão social. Este é um divisor de águas absoluto.

É necessário efetivamente apresentar respostas imediatas à questão da segurança, porque há situações difíceis de viver na periferia, mas, no fundo, a verdadeira solução é melhorar a situação do mercado de trabalho e as perspectivas de emprego para os jovens. Para utilizar os termos de Sarkozy, sabe-se que há uma porcentagem de “delinqüentes” verdadeiramente estruturada, mas eles contam com um terreno que é o conjunto dos jovens que não têm nenhuma perspectiva de emprego. Penso que a maioria destes jovens está à procura de emprego, mas eles não encontram real-mente. Essa relação de força e esse peso da delinquência específica seriam com-pletamente reduzidos e circunscritos, se não houvesse esse terreno que é a deses-perança dos jovens, porque não encontram trabalho. Quanto à dimensão étnica, ela existe efetivamente, mas se explica por discriminações específicas que dizem respeito aos jovens originários da imigração. É um fenômeno claramente identificado. E este efeito de discriminação atua sobre a representação dos jovens, que vão ra-cionalizar a situação da seguinte forma, uma vez que se remete a eles tal dimensão:

“Só porque somos filhos de imigrantes somos rejeitados”. Em contrapartida, eles vão tentar se afirmar com base em posições “comunitaristas”. Isto não quer dizer que resolveríamos todos os problemas com um só lance de varinha mágica, mas estou absolutamente convencido de que teríamos possibilidades de absorção muito maiores. Nos anos 60, na França, havia os chamados “*blousons noirs*”, bandos de jovens que se batiam com golpes de corrente de bicicleta e que faziam coisas impressionantes, mas vinha o momento em que os jovens se diziam: “A gente pára de fazer bobagens, arruma um emprego, um emprego qualquer, se organiza, se casa etc.” Mas esta trajetória está hoje obstaculizada. Os jovens da periferia, quando têm vontade de parar de fazer bobagens e de arrumar um trabalho, não encontram. É uma situação completamente diferente quanto às trajetórias possíveis.

**EP: Atualmente, desenvolve-se na América Latina uma sucessão de governos democráticos, sob o signo do liberalismo. Como você vê a situação política e econômica no nosso continente, face a governos como os do Brasil, Venezuela e Bolívia, e da perspectiva dos desafios de construção de um horizonte político “altermundialista” ou socialista ?**

**MH:** A situação efetivamente mudou. Se deixarmos de lado as políticas no interior de cada país, parece-me que a alternativa mais interessante é a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA). O aspecto interessante deste projeto é o de criar um contrapeso à mundialização, criando entidades regionais; logo constitui um elemento importante no que se refere ao projeto de Bush de uma zona de livre-comércio estendida ao conjunto do continente. O fato mesmo de que estes governos tenham podido emergir, ou que Chavez permaneça no cargo, representa, no quadro da correlação de forças internacional, um signo de fraqueza dos Estados- Unidos. Eles se enfraqueceram militar, diplomática e politicamente por causa da intervenção no Iraque, o que deixou uma brecha, permitindo que se desenvolvessem processos que podem ser contrapontos importantes à empreitada dos Estados- Unidos sobre o continente. Mas, em geral, a idéia de uma união econômica fundada sobre um desenvolvimento autocentrado dos países é uma perspectiva nova, progressista e interessante, no que se refere às questões da mundialização, e poderá servir de exemplo a outras regiões do mundo. Podem existir várias concepções, mas a idéia de constituir um Banco do Sul, que nasceu em um certo número de países, é tipicamente aquilo que os “altermundialistas” propunham como meio de construir entidades regionais.

Num primeiro momento, a mundialização visava à universalidade através da OMC (Organização Mundial do Comércio) e se opunha ao que se chama de *regionalização*. A formação de blocos, de grupos de países, em nível continental, na Ásia, depois na África e na América Latina, era considerada como indo de encontro à mundialização, tal qual a concebia a OMC, a saber, a formação de um verdadeiro mercado mundial, com todos os países misturados. Como há periodicamente problemas na cúpula da OMC, ademais é o que se passa neste momento, com os acordos bilaterais entre os Estados- Unidos e a União Européia, de um lado, e tal país e tal grupo de países do outro lado. Na América Latina, como em outros lugares, um dos desafios é recusar esse bilateralismo e de opor um *front* comum às reivindicações

das multinacionais, quer se tratem daquelas dos Estados- Unidos ou da União Européia. Entre as novidades que nos chegam do mundo, as melhores, deste ponto de vista (sem idealizar os processos), vêm sobretudo da América Latina. Mas há outro desafio que é o de não tomar a Europa liberal como modelo de união econômica. Certamente, muitas pessoas vêem o que se passa na Europa, mas esta questão não está ainda resolvida. Isto quer dizer que permanece aberta a possibilidade de fazer alguma coisa diferente, que seja verdadeiramente centrada num outro modelo de desenvolvimento que não aquele que tentam impor a mundialização, as multinacionais e os Estados- Unidos.

**EP: Você teria algo a acrescentar, uma mensagem em especial, por exemplo, para os assistentes sociais na América Latina?**

**MH:** Talvez valesse a pena uma observação de método a propósito de duas coisas que chamam atenção na Europa. A primeira é que, quando se comparam países que têm um nível de desenvolvimento muito diferente – eu penso por exemplo num país como o Marrocos que tem laços históricos com a França –, a gente se dá conta de que são os mesmos processos que estão em curso, apesar de os modelos sociais serem diferentes: as tendências à privatização e à flexibilização são quase universais. A outra idéia ligada a esta – não sei se é o caso na América Latina – é a de que, na União Européia, faz-se enormemente referência a outros países para dizer: “Eis o que deveríamos fazer”. Encontra-se constantemente esta lógica de comparação de modelos, que, em geral, é feita de maneira pouco honesta, pelo seguinte: “Tal país obteve sucesso por tal ou tal razão”, esquecendo todo o resto. Penso que há uma dimensão de intercâmbio, de confrontação, que, em todo caso, na Europa, é necessária, justamente para mostrar que, de um lado, somos confrontados aos mesmos processos, e então seria preciso responder a eles ao mesmo tempo; e, de outro lado, o que se diz a respeito de um país não pode ser invocado para fazer a mesma política em outro país, porque, na realidade, as coisas são mais complicadas. Na França, explicam-nos, por exemplo, que os alemães conseguiram fazer passar para 67 anos a idade até a qual se precisa trabalhar, de forma que é sugerido que façamos então a mesma coisa. Este gênero de argumentos costuma ser bastante utilizado. Penso que há uma *dimensão internacional* necessária a ser introduzida para se poder comparar e responder a esse tipo de argumento, dizendo: “Ok, os alemães deverão trabalhar até 67 anos, mas aqueles que não conseguirem partirão com uma aposentadoria diminuída em tanto”. No debate ideológico em geral, estas referências a experiências das quais se tomam emprestados certos elementos vão adquirir um papel crescente. Na França, fala-se também muito da Dinamarca, e de seu sistema de “*flexicurité*”. Isto leva a concluir que o nosso mercado de trabalho deveria se tornar também tão flexível quanto o da Dinamarca, mas, em troca, não se fala que, no que tange à seguridade, os desempregados dinamarqueses possuem garantias bastante superiores às que existem na França, mas disso não se fala. Eis por que intercâmbios e confrontações entre países permitem “cortar a grama pelo pé”, anulando o poder desse tipo de argumento. É sem dúvida também o caso na América Latina, onde imagino que se deva explicar que é preciso fazer melhor que uns, ou diferentemente de outros.